



Relatório de Gestão 2021

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.





Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2021 da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("MDS RE").

1. Enquadramento Macroeconómico

MUNDO

À semelhança do ano anterior, 2021 ficou marcado por um elevado nível de incerteza relativamente à evolução da situação epidemiológica e às suas consequências económicas e sociais. Nas economias avançadas, o ritmo acelerado dos programas de vacinação contra a COVID-19 e a crescente inoculação das populações reduziram os níveis de mortalidade da doença e permitindo a redução das restrições à mobilidade e a retoma da atividade económica em 2021, apesar de interrompido no final do ano devido a uma renovada vaga de infeções a um ritmo sem precedentes.

De uma forma geral, as menores limitações em vigor em 2021, a familiarização dos agentes económicos com o contexto pandémico e a manutenção dos apoios monetários e governamentais possibilitaram a recuperação, ainda que heterogénea, da atividade económica. A Economia Mundial ⁽¹⁾ recuperou totalmente da maior contração do PIB real na história recente (+5,9% em 2021 vs. -3,1% em 2020), contudo, o desempenho económico revelou-se profundamente heterogéneo. As Economias Emergentes ou em Desenvolvimento ⁽¹⁾ terão registado uma recuperação rápida e integral dos seus níveis de atividade, com o PIB real a crescer +6,5% em 2021 depois da quebra de -2,0% em 2020. Por seu turno, o PIB real das Economias Avançadas ⁽¹⁾ terá crescido +5,0% em 2021, encerrando o ano ligeiramente acima do valor de 2019, ainda que de forma heterogénea nas diferentes economias que o compõem.

⁽¹⁾ IMF World Economic Outlook (Janeiro de 2022)

77 +P1



Na Zona Euro ^[2], a maioria das economias registou uma recuperação apenas parcial e heterogénea dos níveis de atividade económica em 2021, no entanto, o desempenho económico da Zona Euro superou as expectativas iniciais, e o PIB (real) terá crescido +5,2% em 2021 (vs. -6,4% em 2020). No entanto, os níveis de dívida pública continuaram a avolumar-se devido à redução das receitas fiscais e ao aumento da despesa pública desde o início da pandemia. Os juros da dívida soberana mantiveram-se em níveis historicamente baixos beneficiando da política monetária expansionista seguida pelo Banco Central Europeu. 2021 ficou ainda marcado pela aprovação do Plano de Recuperação e Resiliência da Comissão Europeia, o Next Generation EU, salientando-se pela negativa a tensão entre a Ucrânia e a Rússia, e as suas consequências para o preço do gás natural e da eletricidade, os quais atingiram recordes históricos.

Apesar da recuperação do contexto epidemiológico e económico em 2021, a disrupção nas cadeias de distribuição, acentuada pela recuperação rápida e assimétrica do consumo de bens, juntamente com a escassez de bens intermédios, pressionaram a subida dos preços, em especial nos EUA e na Europa. Adicionalmente, a drástica subida do preço das commodities energéticas, particularmente do gás natural, decorrente do aumento da procura e do contexto geopolítico na Rússia e Ucrânia, assim como a maior dificuldade de contratação em alguns setores de atividade contribuíram para intensificar as pressões inflacionistas. A taxa de inflação na Europa e nos EUA acelerou rapidamente para patamares sem paralelo nas últimas décadas, mantendo-se em níveis elevados por mais tempo do que o antecipado pelos Bancos Centrais, pressionando-os a agir. Não obstante, e tendo como base o efeito temporário da inflação, a Reserva Federal Americana (FED) e o Banco Central Europeu (BCE) resistiram a subir as taxas de juro de referência em 2021. No entanto, a FED sinalizou a subida a partir de março de 2022, sendo que o BCE, depois de defender que só admitiria mexer nas taxas de juro em 2023, em fevereiro de 2022 já assumiu que poderá ter de proceder a aumentos ainda este ano.

^[2] IMF World Economic Outlook (Janeiro de 2022)

77 701



PORTUGAL

Em Portugal, a deterioração da situação epidemiológica no início do ano deu origem a um novo confinamento geral e a medidas fortemente restritivas para atividade económica. Porém, a redução do número de novos casos de infeção pelo SARS-CoV-2, assim como o avanço do programa de vacinação, possibilitou o levantamento gradual destas medidas a partir de maio, e a progressiva normalização das atividades económicas. Consequentemente, as condições no mercado de trabalho melhoraram significativamente, com a população empregada a superar o nível de 2019 e a taxa de desemprego no final do 3º trimestre de 2021 a atingir os 6,1% (vs. 6,5% no final de 2019), sustentando o crescimento do rendimento disponível das famílias. Também a atividade turística recuperou com o número de dormidas e hóspedes a mais do que duplicar face ao ano transato, mantendo-se, contudo, distante dos referenciais pré-pandemia. Desta forma, no 3º trimestre o PIB real encontrava-se +19% ⁽³⁾ acima do valor registado no 2º trimestre de 2020, período marcado pelo primeiro confinamento, embora ainda -3,2% abaixo do registado no último trimestre de 2019.

Depois do consumo privado ter colapsado em 2020 (-7,1% ⁽⁴⁾), em 2021 apresentou um maior dinamismo e recuperou parcialmente, suportado pelas menores restrições em vigor, pelo aumento do emprego, pelos sólidos níveis de confiança dos consumidores, pela manutenção das condições financeiras favoráveis, e pelo aumento extraordinário da poupança das famílias. Em 2021, a despesa das famílias aumentou em termos homólogos em todas as principais rúbricas, inclusive as despesas em bens alimentares, que em 2020 tinham já crescido +6.4% ⁽⁴⁾ face a 2019, continuando a beneficiar, em 2021, da transferência de despesas que antes da pandemia eram tipicamente destinadas à restauração e hotelaria.

No retalho ⁽⁵⁾, as vendas totais aumentaram +6,9% em 2021 (vs. -4,9% em 2020), em termos nominais, em resultado crescimento das vendas tanto dos Produtos alimentares

⁽³⁾ INE

⁽⁴⁾ INE

⁽⁵⁾ Eurostat (dados disponíveis para os 12 meses do ano)

67 - 19

como dos Produtos não-alimentares. Em 2021, as vendas de Produtos não-alimentares cresceram +8,4% em termos homólogos (-10,4% em 2020).

As pressões inflacionistas também se fizeram sentir na economia portuguesa, embora de uma forma menos aguda do que na generalidade dos países europeus. Depois de um crescimento residual da inflação durante a primeira metade do ano, esta acelerou rapidamente a partir de julho na sequência do drástico aumento do preço da energia, atingindo os +2,8% ⁽⁶⁾ em dezembro e perfazendo um aumento homólogo de +0,9% ⁽⁶⁾ no conjunto do ano de 2021. Relativamente aos bens alimentares e bebidas não alcoólicas, em dezembro de 2021 o nível de preços aumentou +2,9% ⁽⁷⁾, apesar de, no total do ano, o aumento ter sido de +0,7%. A evolução da inflação e o seu impacto na economia global e nacional permanece uma das principais incógnitas para 2022, apesar de o BCE insistir que a inflação na zona euro continua ancorada e sob controlo, em fevereiro admitiu que o seu carácter temporário poderá ser mais prolongado, e sinalizou que poderá proceder a aumentos da taxa de juro de referência ainda durante o ano de 2022, ao contrário do que defendia até então.

ÁFRICA

De acordo com o Outlook do FMI (abril 2022), a recuperação económica na África Subsariana surpreendeu em alta no segundo semestre de 2021 o que levou a uma revisão significativa em sentido ascendente do crescimento estimado no ano passado, de +3,7% para +4,5%. No entanto, este ano, estes progressos foram comprometidos. A Invasão da Ucrânia pela Rússia desencadeou um choque económico mundial que está a atingir a região.

Por este motivo, o dinamismo de crescimento da região perdeu força. A atividade económica deverá crescer +3,8% este ano, limitada por perspectivas de crescimento mais fracas nos países importadores de petróleo. Angola cresceu +0,7% em 2021, invertendo um período de recessão de cinco anos. O país não pôde tirar pleno partido dos elevados preços do petróleo devido a problemas técnicos recorrentes e ao baixo investimento

⁽⁶⁾ Eurostat

⁽⁷⁾ INE

J.M.
77 401



alocado à produção de petróleo. Espera-se que o crescimento acelere para +3,0% no ano de 2022, sendo os setores não petrolíferos (agricultura, construção e transportes) os principais impulsionadores do crescimento. No médio prazo, o crescimento poderá ascender gradualmente a +4,0%, devido sobretudo aos preços do petróleo elevados e ao forte desempenho dos outros setores.

A economia moçambicana cresceu +2,2% em 2021 e prevê-se que aumente ainda o crescimento no ano de 2022 para +3,8%, em linha com o previsto para a região. No entanto, a guerra na Ucrânia poderá impactar este crescimento através de preços ainda mais elevados dos produtos alimentares, em especial do trigo, um importante alimento de base em Moçambique.

2. Atividade operacional

2021 continuou a ser um ano fortemente marcado pelas medidas de combate à pandemia, que pouco mudaram face ao ano anterior, obrigando por isso as empresas a manter os modelos de negócio assentes nas tecnologias do "digital", aprendidas em durante 2021 o que continuou a exigir um elevado esforço do ponto de vista da gestão.

No entanto, e apesar do contexto de incerteza do mercado, o ano de 2021 foi, para a MDS RE, um ano muito bom, traduzido em resultados operacionais muito positivos

Para o crescimento observado contribuíram essencialmente o enfoque estratégico na angariação e vinculação de clientes, especialmente em África e particularmente em Angola, aproveitando o contexto de relançamento do sector da Construção, sobretudo no 2º semestre do ano, e consubstanciado no reforço do relacionamento com o mercado de resseguro em geral e particularmente com o mercado Regional Africano.

Salientamos a realização, em Angola, de um conjunto de novos negócios de Resseguro facultativo no âmbito de alguns projetos de construção estruturantes e a consolidação



dos negócios de “Tratados” que conseguimos manter e desenvolver junto dos já nossos clientes; Emose em Moçambique, ENSA, Global e NOSSA em Angola.

Continuamos a desenvolver várias ações de cross-selling com o Grupo MDS, em especial o suporte técnico a grandes clientes pertencentes à MDS Angola, MDS Moçambique e à MDS Portugal.

3. Desempenho operacional

Em 2021, a MDS RE apresentou um volume de negócios de 841 mil euros (414 mil euros em 2020), o que representa um aumento de 103% face ao ano anterior.

Quanto ao resultado operacional melhorou substancialmente registando um valor positivo de 541 mil euros face aos 6 mil negativos em 2020 fruto de uma operação cada vez mais eficiente e direcionada por parte da empresa.

Em 2021 registou um Resultado Líquido positivo de 461 mil euros o que compara com um resultado negativo de 18 mil euros verificado em 2020.

4. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2021, a MDS RE obteve um Resultado Líquido positivo de 461.148,75 euros (quatrocentos e sessenta e um mil cento e quarenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos). Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que 12.686,09 (doze mil seiscentos e oitenta e seis euros e nove cêntimos) sejam alocados a Reservas Legais e que o remanescente de 448.462,66 (quatrocentos e quarenta e oito mil quatrocentos e sessenta e dois euros e sessenta e seis cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados.



5. Perspetivas para 2022

2022 seria esperado como o ano da recuperação, em que as economias, finalmente livres das medidas impostas pela pandemia, pudessem voltar a crescer a ritmos do passado. Mas eis que temos já um novo cenário, a invasão da Ucrânia, a ameaçar seriamente essa recuperação e crescimento e a deixar-nos de novo num cenário de incerteza económica à escala global.

Mas ainda assim, apesar do contexto económico difícil que se prevê existir em 2022, este deverá ser mais um ano de crescimento para a MDS RE, o que nos propomos efetuar através:

- da consolidação e do crescimento da carteira de clientes nas geografias onde estamos presentes;
- Do aproveitamento das oportunidades que surjam em qualquer uma das geografias, nomeadamente em Angola onde se espera um crescimento muito significativo dos projetos de construção estruturantes a necessitar de resseguro.
- das oportunidades existentes na carteira do Grupo MDS;
- do desenvolvimento e consolidação do relacionamento com o mercado de Resseguro para obtenção de "novas" Capacidade / soluções de valor acrescentado para os nossos clientes

A nível operacional continuaremos a apostar no melhoramento da eficácia operacional, através do investimento em processos e em recursos humanos.

J.M.
t7 +P1



Porto, 23 de junho de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)

(João Manuel Pontes Alvia)

(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 - 3º - 4100-130 Porto

Capital Social 50.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação
510 351 808

Relatório e Contas
31 de dezembro de 2021

J.M.

Paris

tr

res

MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Montantes expressos em Euros)

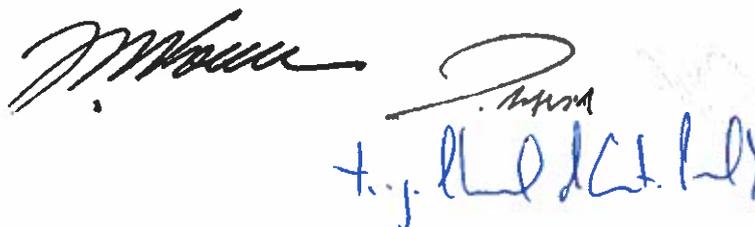
ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	6	-	-
Participações financeiras - outros métodos	7	9,114.77	9,114.77
		<u>9,114.77</u>	<u>9,114.77</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	5 e 8	3,540,088.92	1,129,699.51
Estado e outros entes públicos	14	1,671.12	1,671.12
Outras contas a receber	5 e 10	101,455.52	89,072.61
Diferimentos	11	2,648.29	2,613.17
Caixa e equivalentes de caixa	4 e 5	179,361.48	135,785.17
Total de ativos correntes		<u>3,825,225.33</u>	<u>1,358,841.58</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>3,834,340.10</u>	<u>1,367,956.35</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	12	50,000.00	50,000.00
Reservas Legais	12	7,313.91	7,313.91
Outros instrumentos de capital próprio	12	350,000.00	350,000.00
Resultados transitados		(175,235.45)	(156,633.11)
Resultado líquido do exercício		461,148.75	(18,602.34)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>693,227.21</u>	<u>232,078.46</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Acionistas	5, 9 e 25	300,000.00	300,000.00
Total de passivos não correntes		<u>300,000.00</u>	<u>300,000.00</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	147,259.71	362.65
Estado e outros entes públicos	14	89,593.51	10,430.55
Outras contas a pagar	5 e 15	2,604,259.67	825,084.69
Total de passivos correntes		<u>2,841,112.89</u>	<u>835,877.89</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>3,834,340.10</u>	<u>1,367,956.35</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

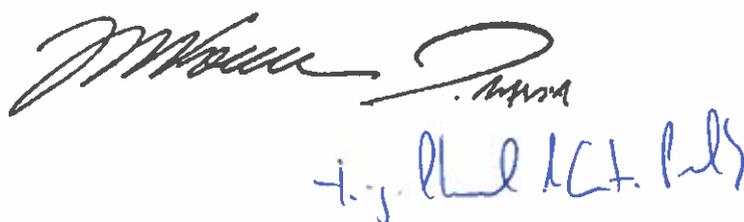
	Notas	31.Dezembro 2021	31.Dezembro.2020
Vendas e prestações de serviços	17	840,979.20	413,791.40
Fornecimentos e serviços externos	18	(57,130.23)	(50,308.54)
Gastos com o pessoal	19	(245,332.68)	(255,979.93)
Provisões e perdas por imparidade	20	-	(97,492.00)
Outros rendimentos e ganhos	21	55,561.46	1,357.52
Outros gastos e perdas	22	(52,584.65)	(17,713.47)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		541,493.10	(6,345.02)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		541,493.10	(6,345.02)
Juros e gastos similares suportados	23	-	(10,106.41)
Resultado antes de impostos		541,493.10	(16,451.43)
Imposto sobre o rendimento	24	(80,344.35)	(2,150.91)
Resultado líquido individual do exercício		461,148.75	(18,602.34)
Resultados por acção (básico e diluído)		46.115	(1.860)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transacções	Resultado líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	50,000.00	70,000.00	7,313.91	(55,061.86)	(101,571.25)	(29,319.20)
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	(101,571.25)	101,571.25	-
Prestações Suplementares	-	200,000.00	-	-	(18,602.34)	200,000.00
Resultado Líquido do exercício	-	-	-	(156,633.11)	(18,602.34)	(18,602.34)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	50,000.00	350,000.00	7,313.91	(156,633.11)	(18,602.34)	232,078.46
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	50,000.00	350,000.00	7,313.91	(156,633.11)	(18,602.34)	232,078.46
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	(18,602.34)	18,602.34	-
Prestações Suplementares	-	-	-	-	461,148.75	461,148.75
Resultado Líquido do exercício	-	-	-	(175,235.45)	461,148.75	693,227.21
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	50,000.00	350,000.00	7,313.91	(175,235.45)	461,148.75	693,227.21

O anoço faz parte destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado






MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.Dezembro.2021	31.Dezembro.2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1,412,495.32	566,907.30
Pagamentos a fornecedores		(1,138,146.33)	(47,229.74)
Pagamentos ao pessoal		(214,967.50)	(241,099.72)
Fluxos gerados pelas operações		<u>59,381.49</u>	<u>278,577.84</u>
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(1,919.42)	4,080.66
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(10,033.23)	(4,409.37)
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>47,428.84</u>	<u>278,249.13</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Fluxos das atividades de investimento (2)			
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Aumentos capital, prest.supl.,pr.emissão			280,000.00
Financiamentos obtidos			280,000.00
			<u>560,000.00</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			(770,000.00)
Juros e gastos similares		(3,852.53)	(17,371.70)
		<u>(3,852.53)</u>	<u>(787,371.70)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(3,852.53)</u>	<u>(227,371.70)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)		<u>43,576.31</u>	<u>50,877.43</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	<u>135,785.17</u>	<u>84,907.74</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	<u>179,361.48</u>	<u>135,785.17</u>

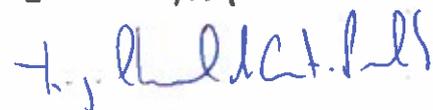
O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("Empresa" ou "MDS RE") anteriormente denominada MDS Africa, SGPS, S.A. tem sede na Avenida da Boavista, 1277/81 - 3º, Porto e foi constituída em 15 de Outubro de 2012, com o objeto social de gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividades económicas, sendo que em agosto de 2015 procedeu à alteração do objeto social da Empresa, passando a sua atividade para a mediação de resseguros.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido - Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

Em 30 de Dezembro de 2016, a totalidade das ações da Empresa que eram detidas pela MDS, SGPS, SA foram alienadas à empresa MDS África, SGPS, SA pelo que, à data de 31 de dezembro de 2020, a MDS África, SGPS, SA é a única acionista da Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, nomeadamente o apoio atual e futuro do seu acionista, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (se aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Tipo de bem</u>	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Instrumentos financeiros

A MDS RE classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 5.

a) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.



c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registrados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registrados no passivo ao custo amortizado.

f) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar a existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é exetável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contábilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

3.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A Empresa integrou durante os exercícios fiscais de 2013 a 2015 no RETGS ("Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades") dominado pela acionista MDS SGPS, tendo sido registados na rubrica "Acionistas" todas as contas a receber e a pagar relativas a imposto sobre o rendimento. Em 2016, com alienação da totalidade das ações à empresa MDS África, SGPS, SA, a Empresa sai do RETGS, pelo que o imposto sobre o rendimento de 2016 encontra-se registado na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expetável da reversão das diferenças temporárias.

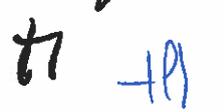
Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deve de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que respetam.

Sendo uma entidade especializada no desenvolvimento e negociação de soluções de corretagem de resseguro, e exercendo a sua atividade, em Portugal e em África, o seu objetivo estratégico passa por

tornar-se broker de resseguro de referência nestes mercados, com base numa equipa especializada de trabalho e na oferta das melhores soluções disponíveis a cada momento, com vista a garantir uma adequada mitigação dos riscos. Apesar do seu foco ser essencialmente ao nível da conceção de programas de resseguro, a MDS RE presta igualmente serviços de consultoria de seguros para Entidades Financeiras, em operações de Project Finance, M&A e outras estruturas semelhantes, desenvolvendo trabalhos de due diligence técnico.

O rédito é reconhecido quando o mesmo possa ser estimado com fiabilidade, exista benefício económico e a partir do momento em que os riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos Acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes, são registados os ganhos e perdas imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.9 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.10 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.




4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Numerário	6,966.28	6,988.82
Depósitos bancários	<u>172,395.20</u>	<u>128,796.35</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>179,361.48</u>	<u>135,785.17</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>179,361.48</u>	<u>135,785.17</u>

5 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As políticas contábilísticas apresentadas na Nota 3.5 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

Ativos Financeiros

	Nota	<u>31.dezembro.2021</u>		<u>31.dezembro.2020</u>	
		Empréstimos e contas a receber	Total	Empréstimos e contas a receber	Total
Ativos correntes					
Clientes	8	3,540,088.92	3,540,088.92	1,129,699.51	1,129,699.51
Outras contas a receber	10	101,455.52	101,455.52	89,072.61	89,072.61
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>179,361.48</u>	<u>179,361.48</u>	<u>135,785.17</u>	<u>135,785.17</u>
		<u>3,820,905.92</u>	<u>3,820,905.92</u>	<u>1,354,557.29</u>	<u>1,354,557.29</u>
		<u>3,820,905.92</u>	<u>3,820,905.92</u>	<u>1,354,557.29</u>	<u>1,354,557.29</u>

Passivos Financeiros

	Nota	<u>31.dezembro.2021</u>		<u>31.dezembro.2020</u>	
		Empréstimos e contas a pagar	Total	Empréstimos e contas a pagar	Total
Passivos não correntes					
Acionistas	9 e 25	<u>300,000.00</u>	<u>300,000.00</u>	<u>300,000.00</u>	<u>300,000.00</u>
		<u>300,000.00</u>	<u>300,000.00</u>	<u>300,000.00</u>	<u>300,000.00</u>
Passivos correntes					
Fornecedores	13	147,259.71	147,259.71	362.65	362.65
Outras contas a pagar	15	<u>2,604,259.67</u>	<u>2,604,259.67</u>	<u>825,084.69</u>	<u>825,084.69</u>
		<u>2,751,519.38</u>	<u>2,751,519.38</u>	<u>825,447.34</u>	<u>825,447.34</u>
		<u>3,051,519.38</u>	<u>3,051,519.38</u>	<u>1,125,447.34</u>	<u>1,125,447.34</u>

4/2021

J.M.R.
11 *11*

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe e movimento associado a ativos fixos tangíveis é como se segue:

Ativo bruto	Equipamento administrativo	Total
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2021	1,764.38	1,764.38
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	1,764.38	1,764.38
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2021	1,764.38	1,764.38
Saldo final a 31 de dezembro de 2021	1,764.38	1,764.38
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2021		

Ativo bruto	Equipamento administrativo	Total
Saldo Inicial a 1 de janeiro de 2020	1,764.38	1,764.38
Saldo final a 31 de dezembro de 2020	1,764.38	1,764.38
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020	1,764.38	1,764.38
Saldo final a 31 de dezembro de 2020	1,764.38	1,764.38
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2020		

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe das participações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o seguinte:

Empresa	% de detenção	31.dezembro.2021	
		Saldo inicial	Saldo final
Brokerslink AG	0.005%	9,114.77	9,114.77
Valor bruto		9,114.77	9,114.77
Valor líquido		9,114.77	9,114.77

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

Empresa	31.dezembro.2020		
	% de retenção	Saldo inicial	Saldo final
Brokerslink AG	0.005%	9,114.77	9,114.77
Valor bruto		9,114.77	9,114.77
Valor líquido		9,114.77	9,114.77

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Empresa procedeu à aquisição de uma participação no capital da sociedade Brokerslink AG que tem por objeto a mediação de seguros e a gestão de risco.

Esta participação financeira encontra-se registada ao custo de aquisição.

8 CLIENTES

O saldo de clientes, de 3.540.088,92 Euros em 31 de dezembro de 2021, respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor. O risco de crédito sobre o presente saldo, encontra-se limitado ao montante de comissões de intermediação de operações de resseguro, na medida em que os montantes a pagar às resseguradoras (Nota 15) estão integralmente dependentes do efetivo recebimento dos clientes.

Em 31 de dezembro 2021 e 2020, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Não Vencido	630,479.84	137,713.44
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	364,747.65	328,932.47
30 - 90 dias	1,095,179.00	280,997.97
90 - 180 dias	109,960.16	14,791.04
180 - 360 dias	843,635.19	169,058.41
+ 360 dias	496,087.08	178,206.18
	<u>3,540,088.92</u>	<u>1,129,699.51</u>
Vencido mas com registo de imparidade		
+ 360 dias	97,492.00	97,492.00
	<u>97,492.00</u>	<u>97,492.00</u>
Perdas de imparidade acumuladas em clientes	97,492.00	97,492.00
	<u>97,492.00</u>	<u>97,492.00</u>
	<u>3,540,088.92</u>	<u>1,129,699.51</u>

Em 31 de dezembro de 2021 a exposição líquida das contas a receber de clientes, considerando os montantes a pagar às resseguradoras ascende a, aproximadamente, 1.284.000 Euros (577.000 Euros em 31 de dezembro de 2020).

Handwritten signature

Handwritten signature
Handwritten initials

9 ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de Acionistas apresenta a seguinte composição:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Acionistas - Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos (Nota 25)	300,000.00	300,000.00
	<u>300,000.00</u>	<u>300,000.00</u>

O saldo não corrente da rubrica "Acionistas" diz respeito a suprimentos que não têm maturidade definida e a taxa de juro cumpre com as taxas de mercado.

10 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe das outras contas a receber é como se segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	48,552.27	84,181.03
Outros devedores - partes relacionadas (Nota 25)	2,000.00	2,000.00
Outros devedores	<u>50,903.25</u>	<u>2,891.58</u>
	<u>101,455.52</u>	<u>89,072.61</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Devedores por acréscimos de rendimentos" corresponde essencialmente a comissões de operações de resseguro com entidades africanas.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Outros devedores", é constituída de valores a regularizar com entidades resseguradoras.

11 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de diferimentos é como se segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Valores devedores		
Seguros	2,326.92	2,265.34
Fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	247.67	263.41
Outros	<u>73.70</u>	<u>84.42</u>
	<u>2,648.29</u>	<u>2,613.17</u>

1/3/2021

J.M.

17 1/21

12 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 10.000 ações ordinárias com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

MDS África SGPS, SA	100%
---------------------	------

A 31 de Dezembro de 2021, o capital da sociedade MDS África, SGPS é detido em 100% pela MDS SGPS, SA.

Outros Instrumentos de Capital

Durante o exercício de 2016, foi efetuada uma entrada de dinheiro para cobertura do resultado negativo de 2015 no valor de 234.985,31 Euros.

Durante o exercício de 2017, foi efetuada uma entrada de dinheiro para cobertura do resultado negativo de 2016 no valor de 232.754,17 Euros.

No exercício de 2017 foram constituídas Prestações acessórias no valor de 70.000,00 Euros através da entrada de dinheiro efetuada pelo acionista. Tais instrumentos seguem o regime jurídico de prestações suplementares não sendo remuneradas.

Durante o exercício de 2019, foram devolvidas Prestações acessórias no valor de 231.102,61 Euros ao antigo acionista MDS SGPS, SA.

No exercício de 2020 foram constituídas Prestações suplementares no valor de 160.000 Euros e Prestações acessórias no valor de 120.000,00 Euros, ambas através da entrada de dinheiro efetuada pelo acionista. Tais instrumentos seguem o regime jurídico de prestações suplementares não sendo remuneradas.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

13 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores, respetivamente de 147.259,71 Euros e 362,65 Euros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 respetivamente, refere-se exclusivamente a valores a pagar a fornecedores decorrentes da normal atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor.

Em 31 de dezembro 2021 e 2020, a maturidade dos saldos de fornecedores pode ser analisada como segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Não Vencido	40,819.21	362.65
Vencido		
0 - 30 dias	248.72	-
30 - 90 dias	1,449.87	-
+ 90 dias	104,741.91	-
	<u>147,259.71</u>	<u>362.65</u>

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o detalhe dos saldos com o Estado e outros entes públicos, passivo corrente, é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Valores devedores		
Pagamento especial por conta	1,671.12	1,671.12
	<u>1,671.12</u>	<u>1,671.12</u>
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	80,344.35	1,919.42
Imposto sobre o valor acrescentado	333.47	-
Retenção na fonte	3,868.00	3,644.00
Contribuições para a Segurança Social	5,044.01	4,863.60
Outros	3.68	3.53
	<u>89,593.51</u>	<u>10,430.55</u>

15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o detalhe das outras contas a pagar é detalhado como se segue:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Outros credores - partes relacionadas (Nota 25)	18,476.56	15,848.13
Outros credores	<u>2,525,658.05</u>	<u>743,165.55</u>
	<u>2,544,134.61</u>	<u>759,013.68</u>
Credores por acréscimos de gastos		
Pessoal	53,330.41	54,568.26
Juros - partes relacionadas (Nota 25)	2,608.47	7,337.27
Outros	<u>4,186.18</u>	<u>4,165.48</u>
	<u>60,125.06</u>	<u>66,071.01</u>
	<u>2,604,259.67</u>	<u>825,084.69</u>

O valor registado na rubrica de "Outros credores" no montante de 2.525.658,05 Euros em 31 de dezembro de 2021 (743.165,55 Euros em 31 de dezembro de 2020) corresponde, essencialmente, a valores a pagar às Companhias de Seguros no âmbito da normal atividade da Empresa, cujo pagamento só ocorrerá mediante recebimento do prémio de resseguro (Nota 8).

Em 31 de dezembro 2021 e 2020, a maturidade dos saldos de Outros credores pode ser analisada como segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Inferior a 90 dias	1,509,202.13	627,254.36
90 - 180 dias	64,797.60	26,329.78
+ 180 dias	<u>950,134.88</u>	<u>105,429.54</u>
	<u>2,544,134.61</u>	<u>759,013.68</u>

16 LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com a atividade operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
N+1	6,855.24	1,293.06
N+2	6,855.24	
N+3	6,855.24	
N+4	6,855.24	
N+5	<u>5,712.70</u>	
	<u>33,133.66</u>	<u>1,293.06</u>

O valor das rendas incorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, associadas a estes contratos, ascendeu a 5.165,43 Euros e 4.839,44 Euros, respetivamente (Nota 18).

17 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor das Vendas e prestação de serviços ascendeu a 840.979,20 euros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (413.791,40 euros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), decorrentes da normal atividade da Empresa. Este valor respeita essencialmente a comissões obtidas na atividade de resseguro (Nota 26).

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o detalhe de "Fornecimentos e serviços externos" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Deslocações e estadas	17,042.76	11,787.55
Comunicações	1,596.04	2,718.44
Despesas de representação	740.21	1,360.35
Trabalhos especializados	11,691.79	20,940.52
Contencioso e notariado	2,325.99	867.00
Rendas e alugueres (Nota 16)	5,165.43	4,839.44
Seguros	4,750.17	4,740.29
Conservação e reparação	2,879.96	
Serviços bancários	5,981.87	
Outros	<u>4,956.01</u>	<u>3,054.95</u>
	<u>57,130.23</u>	<u>50,308.54</u>

19 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o detalhe de "Gastos com o pessoal" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Remunerações	197,377.46	206,451.67
Encargos sobre remunerações	41,292.10	43,293.26
Seguros	6,096.52	5,550.25
Gastos com ação social	566.60	504.87
Outros		<u>179.88</u>
	<u>245,332.68</u>	<u>255,979.93</u>

Durante o exercício de 2021 e 2020, o número médio de funcionários foi de 4 colaboradores.

20 PROVISÕES E IMPARIDADES

A rubrica de "Provisões e Imparidades" apresenta o valor de 97.492 euros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 que corresponde integralmente ao saldo com o cliente "Global Seguros - Companhia Angolana de Seguros, SA" que se confirmou como não recuperável durante o exercício de 2020.

21 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" é detalhado como se segue:

	<u>31 dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Rendimentos suplementares	57.32	6.83
Diferenças de câmbio	55,310.27	978.18
Outros	<u>193.87</u>	<u>372.51</u>
	<u>55,561.46</u>	<u>1,357.52</u>

22 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica de "Outros gastos e perdas" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Impostos	410.49	243.60
Taxes	400.00	402.00
Quotizações	0.00	0.00
Diferenças de câmbio	45,478.09	13,832.75
Outros gastos	<u>6,296.07</u>	<u>3,235.12</u>
	<u>52,584.65</u>	<u>17,713.47</u>

A rubrica de "Outros gastos" corresponde, essencialmente, à regularização de saldos de clientes que se vieram a confirmar como não recuperáveis durante os exercícios de 2021 e 2020.

23 JUROS E GASTOS SUPORTADOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica de "Juros e gastos suportados" é detalhado como se segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Juros suportados (Nota 25)	-	10,106.41
	<u>-</u>	<u>10,106.41</u>

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten initials

24 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 é detalhado conforme se segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Imposto corrente	80,344.35	1,919.42
(Excesso) / Insuficiência estimativa imposto	-	231.49
	<u>80,344.35</u>	<u>2,150.91</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A reconciliação detalhada de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 pode ser detalhada como segue:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Resultado antes de impostos	541,493.10	(16,451.43)
Benefícios fiscais	200.00	100.00
Encargos não dedutíveis	6,977.07	1,048.10
Lucro / (Prejuízo) fiscal	<u>548,670.17</u>	<u>(15,303.33)</u>
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos		15,303.33
Utilização de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	(209,919.44)	-
	<u>338,750.73</u>	<u>-</u>
Taxa de imposto sobre o rendimento	<u>21.00%</u>	<u>21.00%</u>
Coleta	71,053.65	-
Insuficiência/excesso estimativa imposto	-	231.49
Derrama	8,224.05	-
Tributação autónoma	<u>1,066.65</u>	<u>1,919.42</u>
	<u>80,344.35</u>	<u>2,150.91</u>
Total do imposto sobre o rendimento do exercício	<u>80,344.35</u>	<u>2,150.91</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis é detalhado como se segue:

31.dezembro.2021			31.dezembro.2020		
Ano geração	Valor	Ano Limite de utilização	Ano geração	Valor	Ano Limite de utilização
2016	-	2030	2016	148,795.26	2030
2019	36,758.85	2026	2019	97,883.03	2026
2020	15,303.33	2030	2020	15,303.33	2030
Total	52,062.18		Total	261,981.62	

25 PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser detalhados como segue:

Transações	Juros suportados		Compras e serviços recebidos	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Accionistas	-	10,106.25	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	1,723.79	42,815.59
	-	10,106.25	1,723.79	42,815.59
	Vendas e prestação de serviços		Outros Rendimentos	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Accionistas	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	7,807.98	15,715.45	35.00	6.83
	7,807.98	15,715.45	35.00	6.83
	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Accionistas	-	-	21,085.03	23,185.40
Outras partes relacionadas	97,285.90	96,970.76	237.80	192.67
	97,285.90	96,970.76	21,322.83	23,378.07
	Empréstimos obtidos		Empréstimos concedidos	
	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020	31.dezembro.2021	31.dezembro.2020
Accionistas	300,000.00	300,000.00	2,000.00	2,000.00
	300,000.00	300,000.00	2,000.00	2,000.00

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e

forde

JM.
ti JPS

as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem a seguinte composição:

	<u>31.dezembro.2021</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
Remuneração fixa	87,195.00	89,978.80
Remuneração variável	<u>17,160.18</u>	<u>18,232.28</u>
	<u>104,355.18</u>	<u>108,211.08</u>

Em 2021 e 2020, não foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

26 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os contratos de suprimentos e operações financeiras celebrados com acionistas foram detalhados como se segue:

Suprimentos

Posição credora	<u>01.janeiro.2021</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31.dezembro.2021</u>
MDS África SGPS	300,000.00			300,000.00
	<u>300,000.00</u>			<u>300,000.00</u>

Suprimentos

Posição credora	<u>01.janeiro.2020</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
MDS África SGPS	300,000.00			300,000.00
	<u>300,000.00</u>			<u>300,000.00</u>

Operações Financeiras

Posição credora	<u>01.janeiro.2021</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31.dezembro.2021</u>
MDS África SGPS				

Operações Financeiras

Posição credora	<u>01.janeiro.2020</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31.dezembro.2020</u>
MDS África SGPS	490,000.00	280,000.00	(770,000.00)	
	<u>490,000.00</u>	<u>280,000.00</u>	<u>(770,000.00)</u>	

Handwritten signature

Handwritten signature
67-19

Norma regulamentar nº 13/2020-R, de 30 de dezembro, art.51º, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração

Informação incluída na Nota 3.8 - Rédito e Especialização dos exercícios

b) Total das remunerações faturadas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Numerário	808.479,20	413.791,40
TOTAL	808.479,20	413.791,40

Por tipo	Remunerações (€)	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Comissões	808.479,20	413.791,40
Outras Remunerações	0,00	0,00
TOTAL	808.479,20	413.791,40

c) Total das remunerações faturadas relacionadas com Contratos de Resseguro

Remunerações 2021 (€)					
Cod.ASF	Fundos de Pensões	Ramo Vida	%	Ramo Não Vida	%
9999	0,00	0,00	0%	808.479,20	100%
	0,00	0,00	0%	808.479,20	100%

Remunerações 2020 (€)					
Cod.ASF	Fundos de Pensões	Ramo Vida	%	Ramo Não Vida	%
9999	0,00	0,00	0%	413.791,40	100%
	0,00	0,00	0%	413.791,40	100%

d) Níveis de concentração das remunerações faturadas pela carteira

Por entidade (origem)	2021	Peso %	2020	Peso %
KLAPTON	297.636,79 €	36,81%	2.245,22 €	0,54%
ED Broking	207.756,30 €	25,70%	216.951,02 €	52,43%
ION	44.789,46 €	5,54%	- €	0,00%
WAICA	32.864,75 €	4,07%	3.878,98 €	0,94%
AIG Europe Limited	30.637,76 €	3,79%	88.259,89 €	21,33%
Willis International Limited	29.405,44 €	3,64%	20.393,18 €	4,93%

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten initials

Swiss RE	21.520,21 €	2,66%	11.630,09 €	2,81%
Africa RE	18.500,94 €	2,29%	5.392,64 €	1,30%
Kenya Re	15.945,42 €	1,97%	4.327,39 €	1,05%
EBONY	13.853,48 €	1,71%	- €	0,00%
Munich RE	13.064,79 €	1,62%	903,76 €	0,22%
SCOR Global P&C SE	12.168,33 €	1,51%	5.084,44 €	1,23%
TYSERS	9.854,28 €	1,22%	- €	0,00%
SRM Specialised Risk Management	7.273,29 €	0,90%	- €	0,00%
CICA RE	6.794,48 €	0,84%	8.407,45 €	2,03%
NCA	5.597,78 €	0,69%	679,15 €	0,16%
EMERITUS	5.476,97 €	0,68%	7.945,30 €	1,92%
GIC RE	4.896,39 €	0,61%	- €	0,00%
HANNOVER RE	4.085,74 €	0,51%	8.053,60 €	1,95%
SCR	4.058,22 €	0,50%	344,47 €	0,08%
CONTINENTAL	3.943,13 €	0,49%	2.322,96 €	0,56%
ENI INSURANCE	3.765,76 €	0,47%	- €	0,00%
Fidelidade	2.576,33 €	0,32%	- €	0,00%
HOLLARD	2.132,16 €	0,26%	1.116,33 €	0,27%
IGI	1.762,56 €	0,22%	1.687,32 €	0,41%
ONE Risk Africa UK	1.414,50 €	0,17%	797,38 €	0,19%
MEDICI	1.075,26 €	0,13%	- €	0,00%
TUNIS	185,52 €	0,02%	226,81 €	0,05%
OMAN RE	156,53 €	0,02%	- €	0,00%
Mapfre RE	37,57 €	0,00%	664,68 €	0,16%
OLD MUTUAL INSURE	9,71 €	0,00%	- €	0,00%
ShipOwners P&I Club	7,69 €	0,00%	- €	0,00%
ENHI	- €	0,00%	6.763,91 €	1,63%
sub-total	803.247,55 €	99,35%	398.075,95 €	96,20%
Outros	5.231,65 €	0,65%	15.715,45 €	3,80%
Total	808.479,20 €	100,00%	413.791,40 €	100,00%

e) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo em 31 de Dezembro de 2021 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	3 637 886,17	32 693,56
Empresas de Resseguros	9 104,16	2 458 056,78
TOTAL	3 646 990,33	2 490 750,34

Por entidade (origem)	Saldo em 31 de Dezembro de 2020 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	1 227 191,51	54 422,25
Empresas de Resseguros	163,76	497 586,90
TOTAL	1 227 355,27	552 009,15

Handwritten signature

Handwritten signature and initials

f) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2021 (€)	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	-,00	-,00
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	3 646 990,33	2 490 750,34
TOTAL	3 646 990,33	2 490 750,34

Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2020	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	-,00	-,00
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros	1 227 355,27	552 009,15
TOTAL	1 227 355,27	552 009,15

g) Análise da idade das contas a receber vencidas à data do relato em Euros

Contas	0 a 30 dias	31 a 90 dias	+ 90 dias	Total
Cientes Gerais - sem imparidade	970 215,81	1 095 179,34	1 572 491,02	3 637 886,17

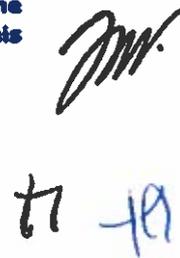
h) Garantia Bancária

A sociedade dispõe de garantia bancária na Caixa Geral de Depósitos, SA para cobertura de responsabilidades até ao montante de 39.020 € (Mediação Seguros: 19.510€; Resseguro: 19.510€). Em 2020 a garantia bancária era no montante de 37.520 €.

i) Transmissões de carteiras de seguros em que tenha participado durante o exercício, com indicação dos valores envolvidos

Não aplicável

j) Contratos cessados com empresas de seguros nos termos do artigo 55.º do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros e indicação de eventuais indemnizações de clientela

Não aplicável

k) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

Prestação do serviço de mediação de resseguros

a) Valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

Durante o exercício de 2021, a Empresa não registou recebimentos de fundos com vista a serem transferidos para as empresas de resseguros para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

b) Valor total dos fundos confiados pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas

Não foram confiados pelos resseguradores, durante o ano 2021, fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias.

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2021, e até à data, não se registaram quaisquer eventos ou circunstâncias que devessem alterar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ou ser divulgados no anexo às mesmas, ou que pudessem alterar ou pôr em risco a continuidade da atividade da MDS RE.

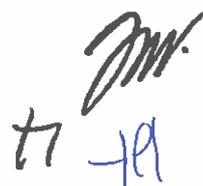
Posteriormente ao encerramento de contas, obtivemos confirmação de um acordo de pagamento para uma parte significativa dos valores em dívida com mais antiguidade, referidos na nota 8, plano esse que prevê a liquidação de dívidas até ao final de 2022, pelo que à data atual se prevê que a totalidade da dívida com antiguidade fique liquidada até final de 2022.

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2021, os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2021.

28 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de junho de 2022. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.



O Contabilista Certificado,



(Marta Isabel Passos Brás)

O Conselho de Administração,



(José Manuel Queiróz Dias da Fonseca)



(João Manuel Pontes Alvadia)



(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 3.834.340,10 euros e um total de capital próprio de 693.227,21 Euros, incluindo um resultado líquido de 461.148,75 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A nossa Certificação Legal das Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, datada de 21 de junho de 2021, inclui uma reserva relacionada com a não atualização cambial de contas a receber em moeda estrangeira. Verificamos que em 31 de dezembro de 2021, a Empresa procedeu à atualização cambial dos saldos em moeda estrangeira (Nota 8 do anexo às demonstrações financeiras) pelo que o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 se encontra subavaliado e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados no montante de, aproximadamente, 52.000 euros, antes de considerar o efeito fiscal.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

Ênfase

Conforme é visível no anexo às demonstrações financeiras a Entidade tem diversos clientes no mercado angolano o que tem vindo a implicar a dilatação de prazos de realização dos ativos decorrentes da sua atividade operacional nomeadamente no que respeita a contas a receber de clientes (Nota 8), o que influencia de forma determinante as necessidades de fundo de maneo e a rentabilidade da operação da Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

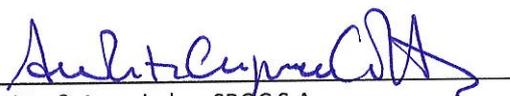
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 23 de junho de 2022



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC
Registo na OROC nº 1199
Registo na CMVM nº 20160810

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

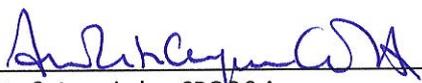
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2021 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que inclui uma reserva e uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” e tendo em consideração o descrito na secção “Ênfase” da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 23 de junho de 2022



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC
Registo na OROC nº 1199
Registo na CMVM nº 20160810



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746